



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Administração

RODRIGO PÁBULA MIRANDA

PRÁTICAS ESG - *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* - COMO FORMA DE REDUZIR EXTERNALIDADES DE PODER NEGATIVAS

Brasília – DF

2022

RODRIGO PÁBULA MIRANDA

PRÁTICAS ESG - *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND
GOVERNANCE* - COMO FORMA DE REDUZIR
EXTERNALIDADES DE PODER NEGATIVAS

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Administração.

Professora Orientadora: Dra. Danielle Sandi Pinheiro.

Brasília – DF

2022

Rodrigo Pábula Miranda

**PRÁTICAS ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE - COMO
FORMA DE REDUZIR EXTERNALIDADES DE PODER NEGATIVAS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Administração da Universidade de Brasília do aluno

Rodrigo Pábula Miranda

Dra. Danielle Sandi Pinheiro

Professora-Orientadora

Dr. Roque Magno de Oliveira

Professor-Examinador

Dra. Olinda Maria Gomes Lessa

Professora-Examinadora

Brasília, 03 de fevereiro de 2023

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais, Alessandra e Selmo, que sempre sonharam com esse momento, trabalhando arduamente para me proporcionar o melhor e apoiando meus sonhos, sempre me incentivando a realizá-los.

Agradeço à Professora Danielle, que sempre foi gentil, atenciosa e prestativa, me ajudando na coroação desta graduação, com esse trabalho.

Dedico e agradeço também a minha maior parceira, Julyana, que me apoia, incentiva e sempre acredita no meu potencial.

E por fim, e como já dito antes pelo meu irmão, Gustavo, agradeço a Universidade de Brasília por todas as experiências vividas através de portas que somente ela é capaz de abrir.

RESUMO

As externalidades de poder ocorrem quando a interação entre as dinâmicas sociais de poder, os ciclos econômico-políticos e as agendas de governança afetam não somente os atores econômicos, mas também uma terceira parte, no caso, o meio ambiente. Isso significa que as decisões do mercado tomadas pela sociedade têm impactos negativos no ambiente. E uma forma de minimizar externalidades negativas de poder, é através de práticas ESG. E a análise de fatores ESG está se tornando cada vez mais importante na avaliação de investimentos, pois tem sido comprovado que empresas com boas práticas ESG apresentam melhores desempenhos financeiros e são consideradas mais resilientes a riscos. Além disso, a demanda dos investidores por opções de investimento ético e sustentável está aumentando, o que reforça a importância da integração desses fatores na tomada de decisão financeira. Com isso, o objetivo dessa pesquisa é de entender se e como práticas ESG podem reduzir as externalidades de poder negativas causadas por empresas. E para alcançar esse objetivo, foi realizada a comparação de conceitos teóricos e analíticos encontrados através de uma revisão bibliográfica. Os dados foram coletados a partir de fontes secundárias, incluindo artigos científicos, livros e textos de autores relevantes ao tema. A comparação foi feita para identificar semelhanças entre os conceitos levantados.

Palavras-chave: Externalidade. Externalidades de Poder. ESG. Governança. Poder Social. Meio Ambiente. Ciclos Político-Econômicos. Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	7
1.2 OBJETIVO GERAL.....	8
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
2. METODOLOGIA.....	9
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
3.1. EXTERNALIDADES	10
3.2. EXTERNALIDADES DE PODER.....	11
3.3. ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE).....	13
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO	15
5. CONCLUSÃO.....	20
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Há um aumento exponencial do interesse em ESG (em inglês – Environmental, Social and Governance – traduzindo para português – Meio Ambiente, Social e Governança) e essa popularidade e crescimento, acontecem pela forma como esse termo vêm transformando o universo corporativo. Isso acontece, uma vez que ESG surge no mercado como uma forma de mensurar o engajamento de uma empresa em minimizar os impactos sociais e ambientais, melhorar os processos de governança e cuidar de seus funcionários e comunidades ao seu redor.

Com isso, é fundamental para a prosperidade das organizações perante seus consumidores e sociedade, que não exista apenas a preocupação com o desenvolvimento econômico, mas também com o desenvolvimento sustentável, e a partir disso, atrelar metas de crescimento a indicadores ambientais e sociais (STROBEL; CORAL; SELIG, 2004).

Todas essas práticas podem ser entendidas como meios para as organizações crescerem ainda mais, não só economicamente, uma vez que investidores privilegiam empresas socialmente responsáveis (SILVA; QUELHAS, 2006) e ainda consequentemente, como forma do mercado corporativo lidar com as externalidades negativas causadas para a sociedade.

Externalidades essas que se dão por problemas sociais e ambientais, que são desafios que afetam a sociedade e o meio ambiente. Alguns exemplos incluem a pobreza, a desigualdade social, a discriminação, a violência, a degradação ambiental, as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.

Esses problemas exigem soluções interdisciplinares e a colaboração entre governos, organizações não governamentais, empresas e sociedade civil para serem enfrentados de forma eficaz, e neste estudo, iremos investigar como práticas ESG podem ser uma das soluções para as externalidades de poder negativas causadas por empresas.

Ademais desta introdução, que contém uma contextualização e ainda aborda sobre os objetivos deste estudo, o trabalho contém outras quatro seções. Na segunda seção há a metodologia científica empregada nesta pesquisa, que é de natureza descritiva e qualitativa, com a coleta de dados sendo classificada como secundária, pois os dados são obtidos através da análise de fontes teóricas como artigos, livros e textos de autores. Assim, o estudo será

uma análise comparativa dos termos apresentados, a fim de conectar os conceitos de ESG com os de externalidades e externalidades de poder.

A terceira seção trata do referencial teórico adotado, focando em se aprofundar e explicar os conceitos de externalidades econômicas, externalidades de poder e ESG, bem como uma breve introdução de como funciona cada um dos conceitos apresentados, utilizando para isso a teoria geral sobre externalidades e o enfoque analítico sobre externalidades de poder proposto por Pinheiro (2022).

Enquanto na quarta seção, é apresentada a relação e comparação quanto aos conceitos teóricos abordados pela pesquisa, com o intuito de destacar as semelhanças entre os conceitos da temática proposta, para com isso, mostrar mais das consequências de se adotar práticas de ESG e assim, discutir as soluções às externalidades de poder negativas que podem ser causadas por empresas.

E na quinta e última seção, em que são expostas as principais conclusões e propostas em relação ao tema estudado, bem como direcionamentos para futuros estudos.

1.2 OBJETIVO GERAL

Sob o enfoque dos pensamentos precursores de Pigou, as externalidades são efeitos ou consequência das atividades empresariais, com isso, a partir da hipótese de que práticas ESG podem ser uma das soluções para as externalidades de poder negativas, o objetivo geral dessa pesquisa é de entender se e como práticas ESG podem reduzir as externalidades de poder negativas causadas por empresas.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Nesse contexto, podem surgir questionamentos como: O que são externalidades? O que são externalidades de poder? Quais são as externalidades de poder negativas que podem ser causadas por empresas? Por que organizações devem investir em questões ambientais, sociais e de governança? Quais são os retornos desse investimento para as empresas e para a sociedade? Como as externalidades de poder e ESG se correlacionam?

Assim, com os objetivos específicos, o presente estudo, pretende entender quais são as principais externalidades de poder negativas causadas pelas organizações, como ESG se relaciona com as externalidades de poder para assim entender quais são as consequências para

as empresas em se adotar práticas que fomentem as questões ambientais, sociais e de governança e conseqüentemente quais são as conseqüências para a sociedade.

2. METODOLOGIA

Nesta seção, será apresentado o método de pesquisa, incluindo o tipo de estudo, as técnicas utilizadas, os dados coletados e todas as informações científicas necessárias para validar essa pesquisa.

E para tanto, é importante conceituar a metodologia científica, é um processo sistemático de coleta, análise e interpretação de dados com o objetivo de responder a perguntas e testar hipóteses. Ela é fundamentada no princípio da falsificabilidade, proposto por Karl Popper, que afirma que para ser considerada científica, uma teoria deve ser passível de ser refutada por meio de experimentos ou observações. Com isso, a metodologia científica é o conjunto de princípios e procedimentos que os cientistas seguem para adquirir conhecimento científico confiável.

Cientistas falam sobre a dúvida ser o princípio da sabedoria, e para isso, a metodologia científica pode ser entendida como “a forma, o modo de se resolver problemas e buscar respostas para necessidades e dúvidas” (MICHEL, 2015, p. 34). A metodologia científica também, portanto, é baseada no princípio da dúvida metódica, onde os cientistas questionam continuamente as suposições e hipóteses, buscando evidências para apoiá-las ou refutá-las.

Com isso, esta pesquisa é de natureza descritiva e Vergara (1998), fala que a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. E possui abordagem qualitativa, tendo em vista a subjetividade dos conceitos analisados, e Michel (2015), afirma que esse tipo de pesquisa tem como objetivo interpretar a realidade em seu ambiente natural, procurando entender os fenômenos de acordo com os significados que eles têm para as pessoas dentro do contexto específico.

Ainda segundo Michel (2015), a coleta de dados pode ser dividida em três tipos: primários, secundários e terciários. Neste caso, os dados coletados são classificados como secundários, pois eles são obtidos através da análise de fontes teóricas como artigos, livros e textos de autores, com o objetivo de comparar e adquirir novos conhecimentos.

Para Fachin (2001), método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os

resultados. E Lijphart (1971), diz que o método comparativo pode ser considerado como aquele que descobre a relação empírica entre as variáveis.

Assim, nesta pesquisa será feita uma análise comparativa para estabelecer correlações das variáveis, que são os termos apresentados na seção anterior, para os objetivos da pesquisa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. EXTERNALIDADES

Externalidade é um conceito econômico, originado da microeconomia que “lida com o comportamento de unidades econômicas individuais – consumidores, empresas, trabalhadores e investidores –, assim como com os mercados que essas unidades englobam” (PINDYCK, RUBINFELD, 2013, p. 4).

A origem das externalidades está contida na teoria de bem-estar do economista Arthur Cecil Pigou, em um momento no início do século XX em que havia preocupação com os efeitos da poluição que empresas estavam causando na época. “Em termos econômicos, as externalidades são responsáveis pela desigualdade entre os produtos marginais sociais e privados, o que impediria que o dividendo nacional e o bem-estar alcançassem seus pontos de máximo. Como solução, Pigou defende a intervenção estatal através de subsídios e impostos na tentativa de equalizar estes produtos marginais” (SALLES, MATIAS, 2022, p. 171).

Outro importante momento para a origem das externalidades, se encontra em *The Problem of Social Cost*, Coase (1960) que explora as ações que organizações e pessoas causam em outras, e apesar do autor não nomear, podemos entender como externalidades. Para exemplificar, o autor utiliza o caso de uma fábrica que produz fumaça que causam efeitos prejudiciais para as comunidades próximas. E como solução, Coase, defende que se as partes envolvidas por externalidades puderem negociar sem custos de transação, diante de direitos de propriedades bem definidos, esses poderão negociar e chegarem a um acordo em que as perdas de bem-estar das externalidades serão incorporadas.

Enquanto para Pigou, a maneira para corrigir externalidades é a intervenção estatal através do pagamento de impostos, enquanto para Coase, a atuação estatal deve se restringir à definição dos direitos de propriedade.

Com isso, podemos entender externalidade como “ação de um produtor ou consumidor que afeta outros produtores ou consumidores, mas que não é considerada no preço de mercado”. E há externalidades negativas, “quando a ação de uma das partes impõe custos à

outra” e também externalidades positivas, “quando a ação de uma das partes beneficia a outra” (PINDYCK, RUBINFELD, 2013, p. 653-654).

Sintetizando, externalidades são as consequências ou efeitos econômicos, que a atividade de uma pessoa ou empresa tem sobre outra pessoa ou empresa sem que haja uma transação direta entre eles ou para melhor entendimento, quando um efeito externo é causado sobre quem não possui relação direta com a atividade. Elas ocorrem quando o impacto de uma atividade econômica sobre um indivíduo ou empresa não é completamente refletido nos preços dos bens ou serviços envolvidos. E as externalidades podem ser positivas ou negativas.

Externalidades positivas são os efeitos benéficos que uma atividade econômica tem sobre outra pessoa ou empresa, sem que haja uma transação direta entre eles. Por exemplo, a plantação de árvores pode melhorar a qualidade do ar para todos.

Externalidades negativas são os efeitos prejudiciais que uma atividade econômica tem sobre outra pessoa ou empresa sem que haja uma transação direta entre eles. Por exemplo, a fumaça de uma fábrica pode prejudicar a saúde das pessoas que vivem perto dela.

E com isso, o mercado, por si só, nem sempre leva em conta esses efeitos externos, e pode gerar ineficiências econômicas ou outros prejuízos, e para isso, governos geralmente intervêm para corrigir esses problemas através de políticas fiscais, regulamentações e outras.

3.2. EXTERNALIDADES DE PODER

Entender os conceitos de externalidades, é vital para o entendimento de externalidades de poder, uma vez que estes, possuem características análogas às externalidades econômicas.

Assim, podemos definir externalidade de poder como “uma situação onde a interconectividade entre as relações de poder social, os ciclos econômico-políticos e as agendas de governança em negociações para o desenvolvimento sustentável afetam não somente os agentes econômicos, mas também uma terceira parte, neste caso o meio-ambiente, o qual sofre os efeitos colaterais das decisões de mercado tomadas pela sociedade” (PINHEIRO, 2022, p. 4). Com isso, podemos ilustrar externalidades de poder mostrando a figura a seguir:



FIGURA 1 – Triângulo de Externalidades de Poder

Fonte: Pinheiro (2022, p. 4)

Quanto a “Poder Social” inclui três tipos, sendo o Potencial, que são organizações sociais, conhecimentos e habilidade, o Institucional que se refere a governos nacionais e organismos internacionais e o Informal que se refere a indivíduos e autoridades.

Quanto a “Governança”, se refere a gestão pública e monitoramento de políticas públicas.

E por “Ciclos Econômicos e Políticos” entende-se o orçamento público e políticas econômicas cíclicas ou anticíclicas.

Apesar de toda semelhança com externalidades econômicas, há uma diferença, em externalidade de poder que podemos notar ao observar o triângulo de externalidades de poder, esta, pondera as relações entre o ambiente econômico e as estruturas de governança e relações de poder social. E também podem haver externalidades de poder negativas e positivas.

Externalidades de poder negativas podem acontecer quando a sociedade e governo “estejam conscientes a respeito dos desafios e dos riscos na exploração dos recursos naturais, devido à flexibilidade e interconectividade entre as relações de poder social juntamente com a ocorrência dos ciclos econômicos e políticos e da alternância das agendas de governança ao longo do tempo, as melhores escolhas em termos de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável não são cumpridas conforme esperado e o meio ambiente, assim como a sociedade são prejudicados” (PINHEIRO, 2022, p. 4).

Enquanto externalidades de poder positivas podem acontecer quando a sociedade e governo “estejam conscientes a respeito dos desafios e dos riscos na exploração dos recursos naturais, devido à flexibilidade e interconectividade entre as relações de poder social juntamente com a ocorrência dos ciclos econômicos e políticos e da alternância das agendas

de governança ao longo do tempo, as melhores escolhas em termos de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável são mais prováveis de serem alcançadas e o meio ambiente assim como a sociedade são beneficiados” (PINHEIRO, 2022, p. 4).

Uma das formas mais comuns de externalidades de poder que podemos observar, é a formação de oligopólios, onde um pequeno número de empresas controla grande parte de um mercado. Isso pode levar a preços mais elevados e menos inovação, e pode dificultar para novos competidores entrarem no mercado.

Outra forma de externalidade de poder é quando uma empresa tem uma posição dominante em um mercado e isso lhe permite influenciar as decisões regulatórias do governo, como por exemplo, a aprovação de normas de segurança e meio ambiente. Isso pode levar a regulamentações menos rígidas e menos proteção para consumidores e meio ambiente.

A definição de externalidades de poder, engloba uma perspectiva multidisciplinar, e para isso, podemos ainda entender o conceito de externalidades de poder como externalidades que surgem quando uma empresa ou indivíduo tem uma posição dominante em um mercado e essa posição lhe permite afetar as condições de mercado e as decisões de outros participantes no mercado. Isso pode incluir a capacidade de fixar preços, limitar a entrada de novos competidores, ou influenciar as decisões regulatórias do governo.

3.3. ESG (ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE)

ESG é a sigla em inglês para Environment, Social and Governance ou em português, Meio Ambiente, Social e Governança. Trata-se de um conjunto de critérios que avalia a sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental de uma empresa. A análise ESG tem se tornado cada vez mais importante para investidores e instituições financeiras, pois permite avaliar o impacto das atividades de uma empresa em diferentes áreas, incluindo meio ambiente, relações trabalhistas, diversidade e inclusão, entre outras. Além disso, a análise ESG também pode ser usada para avaliar o desempenho de uma empresa em relação a padrões éticos e de governança corporativa.

Manifestado em 2004 a partir de um relatório do Pacto Global (braço da Organização das Nações Unidas - ONU) em parceria com o Banco Mundial, chamada “Who Cares Wins”, surgiu após a provocação do secretário-geral da ONU a alguns CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais.

E ESG funciona a partir de uma análise que é realizada por meio da coleta e análise de dados sobre as práticas de uma empresa em diferentes áreas, como meio ambiente, relações trabalhistas, diversidade e inclusão, e governança corporativa. Estes dados podem ser obtidos de várias fontes, incluindo relatórios financeiros, relatórios de sustentabilidade, declarações de responsabilidade social e ambiental, e fontes externas, como agências de notícias e organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores.

A análise ESG é geralmente realizada por instituições financeiras, investidores e outras partes interessadas, como consumidores e ativistas. Ela pode ser usada para avaliar o desempenho de uma empresa em relação a padrões éticos e de sustentabilidade, e para tomar decisões de investimento ou de compra. Algumas empresas também realizam análises internas de ESG para avaliar seu próprio desempenho e identificar áreas de melhoria.

Quanto ao "E" de ESG se refere ao ambiente. Na análise ESG, o ambiente inclui aspectos relacionados ao impacto ambiental da empresa, como emissão de gases de efeito estufa, consumo de água e energia, gerenciamento de resíduos, entre outros. A análise do impacto ambiental da empresa é importante porque o meio ambiente desempenha um papel fundamental na qualidade de vida das pessoas e na saúde do planeta.

O "S" de ESG se refere a questões sociais. Na análise ESG, questões sociais incluem aspectos relacionados às relações trabalhistas, diversidade e inclusão, impacto social da empresa, entre outros. A análise das questões sociais é importante porque as empresas têm um impacto significativo na sociedade em que operam, e é importante avaliar como elas lidam com questões como direitos dos trabalhadores, diversidade e inclusão, e impacto social.

E por fim, o "G" de ESG se refere a governança corporativa. Na análise ESG, a governança corporativa inclui aspectos relacionados à forma como uma empresa é gerida e controlada, incluindo seu sistema de governança, transparência, responsabilidade, entre outros. A análise da governança corporativa é importante porque a forma como uma empresa é gerida e controlada pode afetar seu desempenho financeiro e seu impacto social e ambiental.

Assim, com o avanço de ESG, “o valor empresarial não mais atrela-se à busca desenfreada pela geração de lucro e ao cumprimento de apenas alguns critérios de sustentabilidade. A sociedade agora impõe que as empresas estejam atentas também ao que ocorre em seu redor, incorporando responsabilidades que não estão relacionadas diretamente ao desenvolvimento de sua atividade, mas às mazelas que a sociedade enfrenta. Incorpora-se, para tanto, responsabilidades sociais, ambientais e de governança corporativa” (REDECKER, TRINDADE, 2021, p. 62).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

“Os ciclos econômicos e políticos juntamente com os sistemas de governança e as relações de poder social acabam por gerar externalidades de poder” (PINHEIRO, 2022, p. 8). A partir disso, tem-se o entendimento de como externalidades de poder negativas são geradas, e conseqüentemente, há a necessidade de que as três variáveis do triângulo de externalidades de poder proposto por Pinheiro (2022) aconteçam.

Para tanto, temos que entender poder social, que se refere à capacidade de uma pessoa ou grupo de influenciar as ações e decisões de outras pessoas ou grupos. Ele pode ser exercido de várias maneiras, como através da posição social, riqueza, educação, mídia, conhecimento e relações políticas.

Por posição social, entende-se que as pessoas que ocupam posições de liderança ou autoridade em organizações, instituições ou sociedade em geral têm mais poder do que aqueles que não o fazem. Por riqueza, que as pessoas que possuem mais recursos financeiros têm mais poder do que aquelas que não possuem. Para educação, as pessoas com níveis mais elevados de educação têm mais poder do que aquelas com níveis mais baixos de educação. Através de mídia, as pessoas que controlam a mídia têm poder sobre como as informações são transmitidas e como as pessoas pensam. Por conhecimento, que as pessoas que possuem conhecimentos especializados em determinadas áreas têm mais poder do que aquelas que não possuem. E quanto relações políticas, as pessoas que têm contatos e relações políticas poderosas têm mais poder do que aquelas que não têm.

Dando continuidade ao entendimento do triângulo de externalidades de poder, precisamos entender mais sobre os ciclos econômicos e políticos.

"Os ciclos econômicos são flutuações regulares na economia que se repetem ao longo do tempo. Eles são caracterizados por períodos de expansão econômica, seguidos por períodos de recessão econômica" (SAMUELSON; NORDHAUS, 2006).

Os ciclos econômicos são oscilações regulares na economia, geralmente medidas pelo PIB, emprego e renda. Eles geralmente incluem períodos de crescimento econômico (expansão), seguidos por períodos de diminuição econômica (recessão), que podem levar a uma depressão. Esses ciclos são causados por uma combinação de fatores, incluindo mudanças na oferta e demanda, políticas governamentais e eventos externos. A teoria do ciclo de negócios é uma tentativa de entender e prever essas oscilações econômicas.

Os ciclos políticos se referem às variações no ambiente político e regulatório, e podem afetar a economia. Isso pode incluir mudanças nas políticas fiscais e monetárias do governo, reformas regulatórias e mudanças nas relações comerciais com outros países. As políticas econômicas e políticas são geralmente implementadas para estabilizar a economia e criar um ambiente propício para o crescimento econômico.

E também precisamos entender muito sobre governança, que é o conjunto de processos, princípios e estruturas por meio dos quais as organizações são dirigidas e controladas. Ela inclui a forma como as decisões são tomadas, quem tem o poder de tomar essas decisões, e como as ações das organizações são monitoradas e avaliadas.

Lima, Gonçalves, Gomes, Lima e Lima (2016), falam que a essência da governança é permitir discussões, interação e construção de soluções conjuntas, e ainda destacam que o conceito de governança envolve diversas figuras da sociedade que buscam solucionar problemas comuns.

Quanto a governança corporativa, é a forma como as empresas são governadas e é um aspecto importante da responsabilidade social das empresas. É um processo por meio do qual as empresas são administradas e controladas, e inclui a forma como as decisões são tomadas e como as ações das empresas são monitoradas e avaliadas. Isso inclui questões como transparência, responsabilidade, ética e boas práticas de gestão.

E a boa governança é considerada importante para o sucesso de uma organização, pois ajuda a garantir que as decisões são tomadas de forma justa e transparente e que os interesses dos acionistas, funcionários, clientes e outras partes interessadas são equilibrados. Isso pode ajudar a construir confiança e estabilidade, e pode atrair investidores e melhorar a imagem da marca. "Uma boa governança pode melhorar a confiança do público e a imagem da organização" (SAMUELSON; NORDHAUS, 2006).

Então com a falta de uma boa governança, externalidades de poder negativas são desenvolvidas. "Quando são geradas externalidades de poder negativas, o meio ambiente e a agenda em torno de políticas para mitigação dos efeitos da mudança climática acabam por ser os maiores prejudicados" (PINHEIRO, 2022, p. 8).

Assim, algumas das externalidades de poder negativas causadas pelas organizações, e nesse caso, principalmente organizações privadas, podem ser, emissões de poluentes (as empresas podem liberar poluentes no ar, água e solo durante suas operações, como a liberação de gases de efeito estufa, partículas e contaminantes químicos). Descarte inadequado de resíduos (empresas podem descartar resíduos perigosos de forma inadequada, causando danos

ao meio ambiente e riscos à saúde humana). Exploração de recursos naturais (as empresas podem explorar recursos naturais, como madeira, minérios e petróleo, de forma irresponsável, causando danos aos ecossistemas e à biodiversidade). Alteração do uso da terra (empresas podem alterar o uso da terra para construir instalações, como minas, parques eólicos ou fazendas, causando danos aos ecossistemas e à biodiversidade). Transporte e logística (o transporte e logística de mercadorias pode contribuir para a poluição do ar e do solo, e aumentar a pegada de carbono da empresa).

Além de outras maneiras de exercer influência por meio do poder social, através da influência política, como exemplo, a bancada ruralista, que é um grupo de deputados e senadores no Congresso Brasileiro que defendem os interesses dos produtores rurais e da indústria agropecuária. Ciocari e Persichetti (2020) falam que a bancada ruralista atende interesses de organizações de proprietários de terra. A bancada ruralista tem sido criticada por suas ações, como a tentativa de alterar a legislação ambiental para permitir a exploração de terras indígenas e a degradação de florestas, a fim de expandir a produção agrícola. Além disso, a bancada ruralista tem sido acusada de usar seu poder político para beneficiar a indústria agrícola em detrimento do meio ambiente e dos direitos dos trabalhadores rurais.

Algumas das principais preocupações incluem, o desmatamento, pois a bancada ruralista tem sido criticada por apoiar políticas e medidas que podem aumentar o desmatamento na Amazônia e outras regiões florestais do Brasil. Isso pode causar danos aos ecossistemas e à biodiversidade, além de contribuir para as mudanças climáticas.

“O surgimento da Bancada Ruralista no Congresso Nacional é mais uma demonstração de como os grupos dominantes utilizam-se do espaço do Estado para perpetuar-se no poder” (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p. 216-217).

Conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais. A bancada ruralista tem sido criticada por apoiar políticas e medidas que podem causar conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais, como a expansão de fazendas e mineração em terras indígenas. Isso pode causar danos aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Mudanças na legislação ambiental. A bancada ruralista tem apoiado mudanças na legislação ambiental que podem facilitar a exploração dos recursos naturais e a expansão da agricultura e pecuária, mas que podem prejudicar a conservação ambiental.

Questões relacionadas à segurança alimentar e direito à terra, A bancada ruralista tem sido criticada por apoiar políticas que podem afetar a segurança alimentar e o direito à terra das comunidades camponesas e agricultores familiares.

E ainda falta de transparência e corrupção. A bancada ruralista tem sido criticada por falta de transparência e por sua relação com casos de corrupção e lavagem de dinheiro.

“O setor ruralista hoje garante sua hegemonia por intermédio da ação parlamentar desenvolvida por seus congressistas, em que a dominação e a exploração parecem ganhar o status inquestionável de Lei, e, ainda, pelo cooptação dos meios de comunicação, que distorcem toda e qualquer ação de contestação das tradicionais estruturas fundiárias, e da violência armada, amparada na prerrogativa constitucional do direito à propriedade” (SIMIONATTO; COSTA, 2012, p. 224).

Todas essas atividades podem causar prejuízos ao meio ambiente e à saúde humana, e também podem resultar em custos financeiros para as empresas, como multas governamentais e aumento dos seguros. Além disso, pode afetar a imagem da marca e a confiança dos consumidores e investidores. E para isso, surge ESG, como forma das organizações se melhorarem, para assim beneficiar a sociedade.

“Para manter a legitimidade de suas operações, empresas que exploram atividades econômicas consideradas, na literatura, como polêmicas, controversas ou sensíveis, necessitam de maiores esforços e investimentos em ESG visando até mesmo minimizar os impactos de suas atividades para a sociedade e ao meio ambiente” (GARCIA; ORSATO; LUGOBONI, 2018, p. 10).

Assim, investir em questões ambientais, sociais e de governança (ESG) é benéfico para as empresas e para a sociedade. E alguns dos principais motivos podem incluir, a performance financeira, uma vez que as empresas com boas práticas ESG tendem a ter desempenho financeiro superior a longo prazo. Isso pode ser devido a uma gestão mais eficaz de riscos e oportunidades, e a uma maior eficiência operacional.

Responsabilidade ética, pois investir em questões ESG é uma forma de as empresas serem responsáveis e éticas, levando em conta as implicações de suas atividades no meio ambiente e na sociedade.

Oportunidades de negócios, porque investir em questões ESG pode criar oportunidades de negócios, como a demanda crescente por produtos e serviços mais sustentáveis. Como por exemplo, melhoria de eficiência energética, pois abre espaço para criar e investir em tecnologias limpas e eficiência energética pode ajudar as empresas a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes, reduzindo assim os impactos negativos no meio ambiente e na saúde humana.

Atração e retenção de colaboradores, pois as pessoas cada vez mais valorizam trabalhar para empresas que têm uma boa reputação em questões ESG, e isso pode ajudar as organizações a atrair e reter talentos.

Melhoria da imagem da marca, porque investir em questões ESG pode melhorar a imagem da marca de uma organização e aumentar a confiança dos consumidores e dos investidores.

E ainda, benefícios para a sociedade. Ao investir em questões ESG, benefícios significativos para a sociedade são desenvolvidos, como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, a redução da desigualdade e a promoção de práticas éticas.

Devido ao aumento da importância dos aspectos ambientais, sociais e de governança, os investidores estão cada vez mais levando em consideração esses fatores ao avaliar riscos e tomar decisões de investimento. Como resultado, as gestoras de fundos e os fundos de investimento estão investindo menos em empresas que não demonstram preocupação com a sustentabilidade.

E para identificarmos essas empresas e a efetividade das práticas ESG, há de se observar alguns índices da B3, como, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), que é uma ferramenta que avalia o desempenho médio dos ativos de empresas selecionadas pela sua aderência às práticas de sustentabilidade empresarial. Ele é utilizado como referência pelos investidores na hora de tomar decisões de investimento e incentiva as empresas a implementarem melhores práticas relacionadas à sustentabilidade, contribuindo para o crescimento dos negócios.

A carteira do ISE B3 em 2022 era composta por 47 empresas. Em 2023 já são 83 empresas, mostrando que mais organizações estão se preocupando com questões de ESG. As empresas que compõem essa carteira, são: Aeris, AES Brasil Energia, Aliansce Sonae, Ambev, Ambipar, Americanas S.A., Arezzo, Azul, B3 S.A., Banco do Brasil, Banco Pan, Bradesco, Braskem, BRF, BTG Pactual, CCR, Cemig, Cia Brasileira de Alumínio, Cia Brasileira de Distribuição, Cielo, Cogna Educação, Copel, Cosan, CPFL, CTEEP, Dexco, Diagnósticos da América, Ecorodovias, EDP, Eletrobrás, Eneva, Engie, Fleury, Gafisa, Grendene, Guararapes, Hypera, Iochpe Maxion, Irani Papel e Embalagem, Itaú Unibanco, Itausa, Klabin, Light, Lojas Renner, M. Dias Branco, Magazine Luiza, Marfrig, Minerva, Movida, MRV, Natura, Neoenergia, Raia Drogasil, Raízen, Rede D'or, Rumo, Sanepar, Santander, Santos Brasil, Sendas, Simpar, SLC Agrícola, Suzano, Telefônica, Tim, Usiminas,

Vamos S.A., Via, Vibra e Weg. Isso legitima a importância das práticas ESG, bem como seu crescimento ao longo do tempo.

Podemos ainda citar ainda, o Índice de Governança Corporativa (IGCT) e Índice Carbono Eficiente (ICO2), todos da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo, também conhecida como BM&FBOVESPA), além de índices internacionais como Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e do índice FTSE4Good, por exemplo.

Para evidenciar ainda mais os benefícios das práticas ambientais, sociais e de governança, podemos observar os relatórios ESG de diversas empresas de importância nacional e mundial, como por exemplo Itaú e Dell.

O Itaú, graças a práticas ESG, teve em 2021, 10% de redução no consumo de energia, 15% de redução no consumo de água, 19% de redução na geração de resíduo enviados para aterro, 21,6% de aumento de materiais enviados para reciclagem, além de outros indicadores ambientais. Ainda tiveram em 2021, 56% de colaboradoras mulheres no Brasil e outros indicadores sociais. E para indicadores de governança, em 2021 tiveram 95% dos colaboradores treinados em prevenção a corrupção, 42% membros independentes no Conselho de Administração e outros indicadores de sucesso.

Os índices criados ao longo do ano, que indicam a importância que investidores dão em empresas que se preocupam com ESG, e relatórios de organizações importantes para o país, provam a eficácia de se implementar práticas ESG.

5. CONCLUSÃO

“As preocupações mundiais com as externalidades negativas do desenvolvimento econômico remetem à necessidade da análise dos impactos intangíveis aos recursos naturais e à própria continuidade da vida no planeta. Nesta percepção, o desenvolvimento (in)sustentável, acelerado pelo crescimento econômico e pelos sinais de inúmeras catástrofes ambientais, motivaram ONU, governos, instituições acadêmicas, organizações não-governamentais, organizações do sistema das Nações Unidas, especialistas, entre outros, a buscarem acordos mundiais e o consenso para a definição de metas básicas de sustentabilidade” (OLSSON, KRUGER, 2021, p. 29).

A influência do ESG no mundo pode ser subestimada, mas tem um impacto significativo. Com a priorização de companhias que seguem essas orientações, as empresas que antes não se importavam com questões ambientais, sociais e de governança passam a dar

mais atenção para essas áreas. Isso faz com que seja esperado, por exemplo, um maior comprometimento das empresas com a redução dos impactos ambientais de seus produtos, e também é possível que as empresas deem mais atenção para questões sociais e melhorem as condições de trabalho e o relacionamento com as comunidades onde atuam.

Embora essas mudanças possam parecer insignificantes em cada empresa individualmente, quando analisadas em escala global, é possível observar o impacto significativo do ESG no mundo inteiro.

A partir do triângulo de externalidades proposto por Pinheiro (2022), fica evidente como os ciclos econômicos e políticos, poder social e governança, se relacionam com ESG e com isso, comprovamos o questionamento referente aos objetivos específicos de como ESG se relaciona com as externalidades de poder.

Quanto ao objetivo de entender quais são as principais externalidades de poder negativas causadas pelas organizações, também comprovamos na seção anterior, ao mostrar alguns dos prejuízos ambientais sofridos pela sociedade e outras formas como a bancada ruralista.

E por fim, podemos mostrar quais as consequências em se adotar práticas ESG para as empresas e sociedade, como evidenciado nos últimos parágrafos da seção de análise e discussão. As organizações ganham diretamente com economias geradas (redução de custos com energia, água e outros) bem com acionistas e fundos de investimentos que preferem investir em empresas que adotam práticas sustentáveis.

Dito isto, há a confirmação de que ESG pode reduzir as externalidades de poder negativas. Com isso, há de se notar que a ONU, atuou para a criação de ESG, por ser necessário e até mesmo urgente a redução de externalidades de poder negativas provocadas pelas organizações. Ao mesmo tempo em que consequentemente atuando para que se reduza externalidades de poder negativas, externalidades de poder positivas são criadas.

“O principal desafio consiste em identificar os principais pontos de oportunidade por meio da matriz construída a partir dos elementos sugeridos pelo triângulo de externalidade de poder e mobilizar os atores sociais e agentes econômicos relevantes com vistas à promoção de políticas e ações” (PINHEIRO, 2022, p. 12).

Desta forma, aprofundar no entendimento das principais externalidades que as organizações causam e atuar em questões de ESG, é uma alternativa para a criação de ações e ainda de uma governança ambiental favorável, que tenha como objetivo diminuir as externalidades negativas e consequentemente gerar externalidades positivas para a sociedade.

Assegurando o objetivo geral deste estudo, de que práticas ESG podem sim, ser soluções para as externalidades de poder negativas causadas pelas empresas como podemos exemplificar com comparações dos conceitos apresentados na seção anterior e alcance dos objetivos específicos.

As empresas que adotam práticas ESG são incentivadas a considerar questões como a gestão de recursos naturais, a igualdade de gênero, a diversidade e a transparência em suas operações, o que pode ajudar a mitigar as externalidades negativas. Além disso, as práticas ESG também podem ajudar a criar soluções para externalidades negativas, como a geração de energia renovável para substituir fontes de energia não renováveis, a implementação de programas de gestão de resíduos para evitar a poluição do meio ambiente, e a promoção da igualdade de gênero e da diversidade para melhorar as condições sociais.

Por fim, é importante destacar que as práticas ESG também são benéficas para as empresas, já que podem ajudar a aumentar a sua reputação e a fidelidade dos consumidores, além de atrair investimentos responsáveis. Adotar práticas ESG é uma forma de as empresas contribuírem para uma sociedade e um meio ambiente mais sustentáveis, e também de se tornarem mais competitivas no mercado. Sintetizando, as práticas ESG podem ser a solução para externalidades negativas, já que incentivam as empresas a considerar os impactos ambientais, sociais e de governança em suas decisões e ações, e ajudam a criar soluções para questões como a poluição, a desigualdade e a má distribuição de renda.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas e estudos, tentem aprofundar de maneira mais micro em cada uma das variáveis de ciclos econômicos e políticos, governança e poder social que compõe o triângulo de externalidades proposto por Pinheiro (2022), e ainda de estudos quantitativos que mostrem sobre externalidades de poder negativas e de outros que compilem mais informações dos índices da B3.

REFERÊNCIAS

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. O Brasil Agrário: o Conservadorismo e a Direita na Bancada Ruralista. Em Tese, v. 17, n. 1, p. 7-32, 2020.

COASE, Ronald R. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*, v. 3, p. 1-44, 1960.

DELL. Relatório Ambiental, Social e de Governança do ano fiscal de 2022. Disponível em: <https://www.dell.com/pt-br/dt/corporate/social-impact/esg-resources/reports/fy22-esg-report.htm#scroll=off>

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologias. Saraiva Educação SA, 2001.

GARCIA, Alexandre Sanches; ORSATO, Renato J.; LUGOBONI, Leonardo. O Desempenho Empresarial nos fatores "ESG-Environmental, Social and Governance" em Diferentes Ambientes Institucionais. EnANPAD, 2018.

ITAÚ. Planilha de Indicadores ESG. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/relatorio-anual/2021/indicadores-esg/>

JACOBS, Garry. Foundations of Economic Theory: Markets, Money, Social Power and Human Welfare. *Cadmus*, v. 2, n. 6, p. 20-42, 2016.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, p. 682-693, 1971.

LIMA, Luciana Cristina da Conceição; GONÇALVES, Alcindo Fernandes; GOMES, Eduardo Rodrigues; LIMA, Claudio Benevenuto de Campos; LIMA, Gilson Brito Alves. Levantamento e Análise das Perspectivas da Governança Global no Contexto da Responsabilidade Social. *Sistemas & Gestão*, v. 11, n. 4, p. 397-409, 2016.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. Editora Atlas, 3ª Edição, p. 34, 2015.

OLSSON, Giovanni; KRUGER, Silvana Dalmutt. Governança Corporativa e Externalidades: um Olhar Sobre o Desenvolvimento Pluridimensional na Agenda 2030. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v. 16, n. 2, p. e39752-e39752, 2021.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. Pearson Education do Brasil, 2013.

PINHEIRO, Danielle Sandi. Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática: Externalidade de Poder Negativa em Políticas para Adaptação Climática no Brasil. IX Encontro de Administração Pública da ANPAD VI - EnAPG, 2022.

POPPER, Karl. Conjeturas e Refutações. Leya, 2022.

REDECKER, Ana Claudia; TRINDADE, Luiza de Medeiros. Práticas de ESG em Sociedades Anônimas de Capital Aberto: Um Diálogo Entre a Função Social Instituída Pela Lei n 6.404/76 e a Geração de Valor. Revista Jurídica Luso Brasileira, v. 7, n. 2, p. 59-125, 2021.

SALLES, Alexandre Ottoni Teatini; MATIAS, Ariella Lopes. Uma análise da teoria das externalidades de Pigou e Coase e suas aplicações na abordagem teórica da Economia Ambiental. INFORME ECONÔMICO (UFPI), v. 44, n. 1, 2022.

SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. 18.ª edição. Economia, 2006.

SILVA, LÍlian Simone Aguiar da; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. Gestão & Produção, v. 13, p. 385-395, 2006.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os Dominantes Dominam: o Caso da Bancada Ruralista. Temporalis, v. 12, n. 24, p. 215-237, 2012.

STROBEL, Juliana Scapulatempo; CORAL, Eliza; SELIG, Paulo Maurício. Indicadores de Sustentabilidade Corporativa: uma Análise Comparativa. Encontro Anual da Anpad, v. 28, p. 416-427, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 2ª Edição. São Paulo: Atlas. 1998.